

## **Abi-Ackel não injuria o Senado**

O presidente do Senado, Jarbas Passarinho, comunicou ontem ao plenário que o ministro da Justiça lhe disse que não fez qualquer declaração a respeito da falsa bomba colocada na tribuna de honra da Casa antontem, e que, "em nenhum momento, esteve com o simulacro de bomba na mão para mostrar à imprensa". Houve, portanto, um equívoco e o ministro Abi-Ackel não ironizou o episódio como foi publicado por alguns jornais. "S. Exa. não falou com a imprensa e não deu declarações", assegurou Passarinho.

A declaração de Jarbas Passarinho foi em resposta ao pronunciamento do senador Dirceu Cardoso (sem partido-ES), lamentando que certas pessoas tentaram debochar do Senado, dando a entender que tinha sido alguém do alto escalão. Por outro lado, Cardoso frisou que "o dono da bomba quer um Senado atuante", lembrando que a maioria dos parlamentares não comparece às sessões para votar.

O vice-líder do Governo Muriilo Badaró também saiu em defesa do ministro da Justiça, garantindo que Abi-Ackel "jamais se prestaria a fazer considerações desairosas ao Congresso Nacional. Quem conhece o ministro sabe que jamais partiria de S. Exa. qualquer expressão com relação ao Poder Legislativo, ao qual ele pertence e dedicou o melhor da sua inteligência", disse Badaró.

## **PMDB lança nota contra atentado**

O PMDB, em nota distribuída ontem, repudiou o incidente de terça-feira última no plenário do Senado Federal, quando a sessão foi interrompida após telefonemas anônimos informando a existência de uma bomba pronta a explodir. A nota — "Repúdio do PMDB ao terrorismo" — condena também o atentado terrorista sofrido pelo jornal "A Tribuna", do Espírito Santo.

É a seguinte a nota do PMDB: "O PMDB repudia, como invariavelmente o fez em mais de uma centena de casos anteriores, os recentes atentados terroristas verificados em plena sessão do Senado da República e na redação de importante órgão da Imprensa do Estado do Espírito Santo. A circunstância do artefato não conter poder explosivo não afasta sua indiscutível gravidade, caracterizando o ambiente da sobressaltada insegurança que traumatiza a Nação. O dever fundamental e intransferível de garantir a ordem pública compete ao Governo, especialmente ao Presidente da República, chefe supremo das Forças Armadas. O crime, e nenhum maior do que o terrorismo, quando não apurado e exemplarmente punido, estimula a trágica escalada, com enormes danos materiais e vidas sacrificadas. A Nação exige urgente ação do Governo, para que preserve sua própria autoridade e a tranquilidade do povo brasileiro".